



GAZETA EXTRAORDINARIA  
DO  
RIO DE JANEIRO.

QUINTA FEIRA 1 DE MAIO DE 1817.

*Doctrina . . . vim promovet insitam,*

*Rectique cultus pectora roborant. H O R A T.*

RIO DE JANEIRO.

**T**endo publicado no nosso Numero 34 o Bill, pelo qual o Congresso dos *Estados Unidos* acaba de prohibir a venda e o armamento de embarcações de guerra nos seus portos, para o fim premeditado de sahirem a cruzar, e a commetter hostilidades contra vassallos e propriedade de qualquer Potencia, com quem os *Estados Unidos* estejam em paz; completaremos hoje aquella importante publicação, transcrevendo aqui a Nota Official, pela qual o Senhor *José Correia da Serra*, Ministro Plenipotenciario de S. M. F. junto dos *Estados Unidos d'America*, requereu dignamente a promulgação do referido Bill; como a resposta, que lhe deu o respectivo Secretario de Estado, communicando-lhe a pronta mensagem, que o Presidente enviára ao Congresso.

Nestas peças officiaes acharão os nossos leitores hum testemunho assim do distinto merecimento e zelo do sobredito Ministro, como da especial consideração, em que o Governo dos *Estados Unidos* tomou a mencionada reclamação; da qual resultou a immediata promulgação do Bill traduzido, que manifesta o espirito de justiça, de que o Corpo Legislativo daquella nação se acha animado, e faz a maior honra á politica illuminada do seu Governo.

Sir. — Por minha instancia se tirou a copia fiel de hum papel entregado ao Honorable *S. George Tucker*, Juiz dos *Estados Unidos* para o districto de *Virginia*, por *Thomaz Nelson*, Collector do porto de *York*, em virtude de hum

mandado judicial do mesmo Juiz. Este papel declara o contendo nelle serem instrucções dadas por *Thomaz Taylor*, de *Baltimore*, debaixo da authoridade, do actual Governo de *Buenos Ayres* ao navio *Romp*, Capitão *Fisk*, para hir em curso contra os vassallos de *Hespanha*. Como esta respeitavel Monarquia está em directa communicação com os *Estados Unidos*, e tem junto a elles seu proprio e natural representante, não haveria motivo para eu interferir officialmente (não obstante os antigos e novos enlacs das duas Reaes Familias), se *M. Taylor* de *Baltimore* não tivesse nas mesmas instrucções mandado ao Capitão *Fisk* que fizesse outro tanto com os vassallos do meu Soberano, no caso que Sua Magestade estivesse em guerra com o sobredito Governo de *Buenos Ayres*.

*M. Taylor* he cidadão *Americano*, o navio *Romp* era hum navio *Americano*, que sem duvida foi só ficticiamente vendido, poisque o Capitão continuou o mesmo, e a tripulação ficou completa pela maior parte de cidadãos *Americanos*. He bem verdade que este cossario não accmeteo navio algum *Portuguez*; mas elle tinha ordem de assim o fazer conditionalmente debaixo da assignatura, e por ordem de hum cidadão *Americano*, que tem o descaramento de lhe designar sete portos dos *Estados Unidos*, para trazer as suas presas, e lhes nomêa em cada hum delles agentes, que tomarão conta dellas.

He certamente da minha obrigação, não esperar em silencio, e tranquillamente que hum tal attentado se commetta, tanto mais que se conti-

nuão a fazer esforços da mais sinistra natureza, na mesma parte, e pela mesma causa de individuos, como apparece pelos seguintes factos, que são o resultado das minhas particulares indagações, e que tenho a honra de appresentar á vossa consideração.

A 18 do mez passado de Novembro a Fragata *Clifton*, Capitão *Davy*, armada com 32 peças de varios calibres, e hum tripulação de 200 homens, fez-se á vela de *Baltimore* para *Buenos Ayres*. Este navio ancorou para baixo do porto, e ahi ficou por 15 dias, ou mais, esperando pelo navio Americano, *Independencia do Sul*, armado com 16 peças, e pilos navios *Romp*, *Tuckshoe*, *Montezuma* e *Spanker*, e por outros dois novamente construidos, que se estavam preparando com toda a diligencia. Todos devião hir juntos a cruzar nos mares de l'Est e Oest da *America Meridional*, debaixo do mando do Capitão Americano, *Chaytor*, com bandeira de *Buenos Ayres*. Pouca duvida pôde haver que as suas intrucções são as mesmas do Capitão *Fisk*, e que obrarão hostilmente contra os navios *Portuguezes*. Além da informação privada, a que posso dar credito, o simples facto de elles tomarem tal bandeira he no estado actual das cousas igual a hum prova directa.

Ha bom fundamento para crer que quasi o mesmo foi o caso do navio *Swift*, Capitão *Huffington*, que sahio de *Baltimore* a 3 de Agosto passado com destino declarado para *Havana*, armado com 14 peças e 140 homens de tripulação; e do navio *Maria*, Capitão *Stafford*, que largou o mesmo porto a 25 do mesmo mez, e com guarnição numerosa. Crê-se que ambos arvorarão no alto mar bandeira de *Buenos Ayres*, e mui provavelmente com as mesmas intrucções do Capitão *Fisk*.

Estes armamentos se fazem no porto de *Baltimore* de hum modo descobado; somente se cobrem com hum véo bem fraco, que alguns juigação bastante para livrar os culpados dos efeitos das Leis actuaes, que são bem insufficientes. Não fallo só por informação: duas vezes tenho hido a *Baltimore* eu mesmo para averiguar pessoalmente os progressos e a natureza deste negocio.

Taes factos não precisão de epithetos para ser propriamente qualificados, e por isso julguei superfluo usar delles. Mostrão logo á primeira vista a sua natureza immoral e criminosa, e a sua opposição ao direito das gentes. Eu conheço perfeita mente os honrados sentimentos deste Governo e desta Nação, para não conceber a menor suspeita de que olhão para elles em outro ponto de vista. A falta está inteiramente na insufficiencia das Leis actuaes, e nas evasivas, que offerecem aos culpados, particularmente quando são ajudados pe-

la trapassa forense. Provavelmente os passados legisladores Americanos providenciarão tão imperfeitamente para taes occurrencias, porque as julgarão impossiveis.

Mas huma vez que chegão a acontecer, nada pôde justificar esta nação aos olhos do mundo civilizado senão a promulgação das leis sufficientes para este caso.

Se os cidadãos dos *Estados Unidos* não forem impedidos pelas Leis da sua patria, de serem em massas, pates agentes em guerras, que não são suas, não dará isto logo aos olhos de todas as Potencias estrangeiras hum caracter e huma cõte piratica e odiosa a esta nação, indignos della? A sua paz e tranquillidade serão tambem postas em perigo, porque todo o Governo assim offendido, tem hum direito natural de resentir e vingar com todas as suas forças injurias por este modo recebidas contra os usos do mundo civilizado. Deve pois a honra e a paz do povo Americano, de nove milhões de pessoas, a immensa pluralidade das quaes tem, a meu perfeito conhecimento, hum caracter justo, honrado e pacifico, serem postas em perigo imminente, pela culpavel cobiça de huns poucos de homens de hum ou outro porto de mar, que para adquirirem riquezas não tem duvida de se tornarem piratas? Porque de facto não he outra cousa andar em corso, em guerras, que não sejam as da nação de cada hum.

Represento por conseguinte a este Governo na occasião actual, não para começar altercações, ou pedir satisfações, que a Constituição dos *Estados Unidos* talvez o não habilita a dar, porque eu conheço que o Supremo Executivo desta nação, todo poderoso quando estribado em Leis, he constitucionalmente sem acção quando, ellas lhe faltão. O que eu sollicito delle he que proponha ao Congresso que dê taes providencias por Lei, que previnão taes attentados para o futuro.

Eu estou tambem persuadido que o meu Magnanimo Soberano receberá huma satisfação mais completa, e mais digna do seu Alto Character, se os *Estados Unidos* promulgarem taes Leis, que ponda em segurança a sua bandeira para o futuro, mostrem a attenção delles para Sua Magestade, do que no castigo momentaneo de huns poucos obscuros malfeitores, (ainda quando se podesse conseguir). Estes, desnegados, como elles são, pelos *Estados Unidos*, poderão sem duvida, no caso que tomem alguma culpavel liberdade com a fazenda dos vassallos de Sua Magestade, encontrar aquelle fim, que todos os homens de bem lhes desejão, e servir de exemplo e de escatmento aos que para o futuro sentirem piraticas disposições. Eu confio inteiramente na sabedoria do Presidente, e no desejo, que elle deve naturalmente sentir, de pôr

n a estas vergonhosas praticas, de que tomará meios mais proprios, para que a minha justa quisição seja cumprida.

Como pela poderosa razão no principio alludida, eu me concentro estreitamente dentro dos limites dos meus poderes, e dos direitos do meu Soberano, torno esta occasião de lembrar a este governo a sobre e amigavel maneira de proceder: Sua Magestade nesta ultima guerra dos *Estados Unidos*, com a *Grã Bretanha*. Aindaque o adversario dos *Estados Unidos* era o seu mais constante e effectivo alliado, que tinha vindo ajuda-lo repellir huma perfida e aleivosa invasão, e quequelle tempo estavam combatendo juntos o inimigo commum, contudo prohibio aos seus vasos tomarem parte na querella; e ordenou que servassem huma estreita neutralidade, a qual hum só vez foi quebrantada pelos seus Officiaes, ou vassallos. O Congresso por consequência promulgando taes leis, como eu peço, não senão hum acto de reconhecimento, que a vossa Magestade pede, para com hum Monarca generoso e cheio de equidade, declaradamente em amizade com os *Estados Unidos*. — *Washington* 20 de Dezembro de 1816. — *J. Correia da Serra*. — *Senhor James Monroe*.

*Secretaria de Estado* 27 de Dezembro de 1816.

Senhor. — Tive a honra de receber a vossa carta de 20 do corrente, representando contra o pretencem-se em *Baltimore* certos navios armados e contra as instrucções dadas ao Commandante de humes navios para atacar condicionalmente as embarcações do vosso Soberano, Rei de *Portugal e Brazil*. Advertis que estes navios forão prontificados sem authoridade alguma deste Governo, e em pretextos bem differentes daquelles motivos, que lhes julgaes. Advertis igualmente que as leis existentes não authorisão o Presidente para interter-se em semelhantes casos, e pertendeis por isso que se lhes fação as ampliações, que se julgam sufficientes para obstar á este mal.

Communiquei ao Presidente a vossa carta, e tenho agora a honra de vos transmitir huma copia da mensagem, que elle dirigio ao Congresso

sobre o mesmo assumpto, assim de obter por lei huma extensão tal do Poder Executivo, qual seja necessaria para manter a neutralidade rigorosa dos *Estados Unidos*, na guerra actual entre a *Hispanha* e as suas Colonias, e para acautelar effectivamente o risco dos navios do vosso Soberano, que vós receaes.

Logo que se promulgue a lei sobre este assumpto, eu terei a honra de vo-la communicar; e aproveito esta occasião, que se me offrece, de protestar-vos o grande interesse, que o Presidente toma em conservar as relações de maior amizade com o vosso Soberano. — Tenho a honra de ser vosso mais obediente e humilde criado — *James Monroe*. — *Sr. Correia da Serra*.

*Mensagem do Presidente ao Senado, e Caza dos Representantes dos Estados Unidos.*

Observa-se, que as leis actuaes não tem a efficacia necessaria para prevenir infracções das obrigações dos *Estados Unidos*, como negação em paz com as Potencias belligerantes, assim como outros actos illegitimos, cometidos no mar alto por navios armados, aparelhados nos portos dos *Estados Unidos*.

Com o objecto de conservar mais vigorosamente o respeito devido ás leis, ao caracter, e ás relações neutras e pacificas dos *Estados Unidos*, recomendo á consideração do Congresso, quanto seria conveniente tomar todas as providencias legislativas, que forem necessarias, quer seja para deter os navios, que estejam actualmente aparelhados com forças de guerra, dentro da jurisdicção dos *Estados Unidos*, ou que se estejam armando actualmente, quer seja para exigir dos donos e commandantes de taes navios fianças capazes contra os abusos do armamento dos mesmos vasos: fazendo-se nas ditas providencias as excepções convenientes para os casos dos navios mercantes, que em viagens distantes e arriscadas levão o armamento costumado para a sua defensão; e de hum commercio particular em munições militares permittido pelas nossas leis, e cuja prohibição a lei das nações não exige dos *Estados Unidos*. — 26 de Dezembro de 1816. — *James Madison*.